

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 24/Abr



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3390

- Ano 2025



RIO GRANDE DO SUL

JOSÉ AIRTON ASSUME A PRESIDÊNCIA DO SINDIVIGILANTES DO SUL COM FIRMEZA, EXPERIÊNCIA E COMPROMISSO COM A CATEGORIA



Ele já está exercendo suas novas funções na entidade

Diante da renúncia de quem ocupava o cargo de presidente anteriormente, e de acordo com o estatuto social da entidade, o vice-presidente José Airton de Souza Trindade assumiu a presidência do Sindivigilantes do Sul e já está no pleno exercício de suas funções. Com muita experiência como sindicalista e reconhecida

liderança, José Airton já está no pleno exercício de suas funções.

Além de garantir a continuidade dos serviços normais da entidade, ele também já está trabalhando com os demais membros da direção para intensificar a atividade sindical.



José Airton e a diretoria executiva

A prioridade, neste momento, é a fiscalização rigorosa do pagamento do reajuste dos salários, a aplicação plena da nova convenção coletiva e também o fortalecimento da presença do sindicato nos locais de trabalho sempre que for preciso.

Uma trajetória construída com base, respeito e luta

Natural de São Luiz Gonzaga, José Airton conhece de perto a realidade dos vigilantes. Desde a gestão passada, representa o sindicato nas regiões das Missões, Fronteira e Noroeste, onde há anos desenvolve um trabalho muito elogiado. É uma das áreas com maior número de sócios da entidade, inclusive.

Sua atuação incansável na defesa da categoria conquistou o respeito e a confiança dos trabalhadores — especialmente pela proximidade com a base, sua postura firme diante das irregularidades e sua presença constante nas mobilizações.

Teve participação destacada em diversas lutas importantes da categoria, como nos protestos em São Miguel das Missões, na foto abaixo, onde os vigilantes enfrentavam atrasos salariais frequentes, denunciando abusos e exigindo providências imediatas das empresas.

Compromisso com toda a categoria, em todas as regiões

Ao assumir o principal cargo do sindicato, José Airton reafirma seu compromisso com todos os vigilantes, de todo o Rio Grande do Sul, independentemente da cidade ou da empresa em que trabalha:

“Assumo essa responsabilidade com orgulho, mas principalmente com consciência do dever que temos com a categoria. Vamos seguir com trabalho firme, atuação presente e diálogo aberto com os vigilantes em todas as regiões do Estado”, afirmou.



“Meu compromisso é com cada trabalhador e trabalhadora da segurança privada. Com nossa diretoria, vamos intensificar a luta por direitos, conquistas e dignidade para quem garante a segurança da sociedade todos os dias”, completou.

Nova diretoria executiva

Com a posse de José Airton, foi necessário um remanejamento na diretoria executiva, que passa ser a seguinte:

- José Airton de Souza Trindade – Presidente
- Ilson dos Santos Pereira – Vice-Presidente
- Cristilorem Alvez da Luz – Secretária da Mulher
- Fabiano Sanhudo Machado – Secretário de Formação Sindical
- Luiz Henrique Aguiar da Silva – Tesoureiro

- Luís Paulo Ribeiro Motta – Secretário de Políticas Públicas e Sociais
- Marcos Gesiel Soares da Cunha – Secretário Geral
- Marieli Vieira da Silva – Secretária de Imprensa e Mobilização
- Sílvio Roberto Ravanael Pereira Júnior – Secretário de Assuntos Jurídicos Parlamentares e de Classe
- Sílvio Roberto Ravanel Pereira – Secretário dos Aposentados e Lazer

Seguiremos firmes, juntos e mobilizados

Neste novo ciclo o Sindivigilantes do Sul segue com a missão de representar com coragem, transparência e eficiência os vigilantes de todo o estado. Com José Airton na presidência, a diretoria está à disposição para dialogar, ouvir demandas e construir, junto com a categoria, novas conquistas.

SINDIVIGILANTES DO SUL – A LUTA CONTINUA, JUNTOS E COM MAIS FORÇA!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

CONQUISTA INÉDITA DO SINDSEGUR GARANTE DIREITO A PLANO DE SAÚDE E APROVA OUTROS AVANÇOS PARA OS VIGILANTES PATRIMONIAIS DO RN EM ASSEMBLEIA



Hoje a noite, no auditório do Sindsegur ocorreu uma assembleia para discutir a Convenção Coletiva que valerá durante o período de 01º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026. Essa proposta foi construída pela diretoria prezando o diálogo para evitar o desgaste da categoria, mas deixando o patronal ciente que chamaríamos a greve caso fosse a alternativa necessária para garantir avanços nas condições de trabalho dos vigilantes.

Ao final da apresentação de todos os tópicos modificados, o presidente Márcio Lucena pediu para que os presentes que tivessem alguma objeção levantasse mão, mas não houve manifestações. Em seguida, pediu para que quem estivesse em acordo levantasse a mão, de forma que chegamos a aprovação por unanimidade.

Dessa forma, o piso salarial dos vigilantes está definido em R\$ 1.951,00 com um reajuste de 5,01%, com um índice maior que o INPC de janeiro que atingiu 4,17% e demonstra um ganho real para nossa categoria no

Estado do Rio Grande do Norte, que nos coloca a um patamar de décimo colocado nacionalmente e primeiro lugar da região Nordeste.

Adicionalmente, os trabalhadores da categoria também mantém o vale alimentação definido em R\$ 29 por dia trabalhado; o adicional de periculosidade calculado em 30%, equivalente a R\$ 595,32; o prêmio assiduidade em 5%, calculado em R\$ 97,55; o plano de saúde, no valor de R\$ 141,00; e o plano odontológico, na quantia de R\$ 22,00. Além disso, os vigilantes que atuam no turno da noite detêm o direito a DSR e 20% de adicional noturno. Sendo a reciclagem uma atividade a ser realizada obrigatoriamente de dois em dois anos, o vigilante tem direito a quantia de R\$ 809,93 e é vedado o pagamento da reciclagem em folgas, é única e exclusivamente indenizada.

Ademais, temos o prazer de destacar uma conquista inédita para nossa categoria no Estado do Rio Grande do Norte, qual seja a incorporação do benefício de plano

de saúde na modalidade de coparticipação, em que a empresa vai arcar com a quantia de R\$ 141,00 mensais e os trabalhadores custearão parte do valor ao utilizar para consultas, mas para exames não haverá cobrança. É muito simbólico e significativo que tenhamos obtido esse feito durante o Abril Verde, campanha anual dedicada à conscientização sobre segurança e saúde no trabalho.

A direção do Sindsegur está muito honrada em poder compartilhar esses feitos únicos com nossa categoria e parabenizamos o Dr. Roberto Amorim, que através do escritório RAM e seus advogados, por ter auxiliado e mediado o processo de comunicação com o patronal.

Aproveitamos para agradecer a CNTV e a Fintervig pelo apoio incondicional nessa trajetória de lutas e reafirmar o quanto estamos contentes pelo progresso conquistado e por vislumbrar os frutos da nossa incansável jornada. Sabemos da importância que nossa categoria tem para a sociedade e seguiremos firme em busca de mais ações que garantam cada vez melhores condições de trabalho aos vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte e garantindo o retroativo que serão pagos em duas parcelas.

FONTE: SINDSEGUR RN

STF está iluminado em verde em apoio à campanha em favor da saúde e da segurança no trabalho

Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho é celebrado em 28/4 em R\$ 2,6 mil



Foto: Fellipe Sampaio/STF

O edifício-sede do Supremo Tribunal Federal (STF) está com iluminação especial até quarta-feira (30) em alusão à campanha Abril Verde, que visa sensibilizar trabalhadores, empresários, sindicatos e governos para a necessidade de

investimentos em políticas públicas que garantam um ambiente de trabalho seguro e saudável. A campanha é promovida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A cada ciclo, o prédio permanecerá iluminado por cinco minutos na cor verde e, em seguida, alternará entre verde, amarelo e azul por mais 15 minutos.

Data

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu a data de 28/4 para celebrar o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. No Brasil, a Lei 11.121/2005 instituiu a data como Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

FONTE: STF (Pedro Scartezini//CF)

Centrais sindicais se mobilizam para Marcha a Brasília e 1º de Maio

Isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil e redução da jornada de trabalho estão entre as principais pautas dos trabalhadores no ano



A Resumo:

Mobilização das Centrais Sindicais para a Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília e 1º de Maio

Marcha: 29 de abril, em Brasília.

1º de maio: Atos descentralizados em todo o país no Dia Internacional dos Trabalhadores.

Objetivos da mobilização:

- o Fortalecer a atuação do movimento sindical;
- o Resgatar a importância do 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador;
- o Atualizar e colocar as pautas da classe trabalhadora em debate na sociedade.

Principais pautas:

1. Redução da jornada de trabalho.
2. Isenção de Imposto de Renda:
 - o Isenção para quem ganha até R\$ 5 mil/mês.
 - o Descontos para quem ganha até R\$ 7 mil/mês.
 - o Imposto mínimo para rendas acima de R\$ 600 mil/ano.

FONTE: CUT

Papa Francisco defendeu movimento sindical como instrumento de igualdade social

Pontífice chegou a reunir líderes sindicais no Vaticano. Defendia que o movimento “dá voz a quem não tem”, e que “não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato”



Escrito por: Redação CUT | texto: André Accarini | Editado por: Rosely Rocha

TANIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

A trajetória de Francisco, um dos mais populares papas de todos os tempos, comprova que o líder religioso sempre esteve, de fato, ao lado das camadas mais vulneráveis, entre elas, a classe trabalhadora. Em diversas ocasiões, o pontífice, que faleceu nesta segunda-feira (21), expressou apoio ao papel dos sindicatos na luta

por justiça social, destacando sua importância na defesa da dignidade dos trabalhadores e na denúncia das injustiças do sistema econômico atual.

Durante um encontro com representantes sindicais no Vaticano, em junho de 2017, declarou: “Os sindicatos nascem e renascem todas as vezes que, como os profetas bíblicos, dão voz a quem não a tem, denunciam os poderosos que pisam nos direitos dos trabalhadores mais

frágeis e defendem a causa dos estrangeiros, dos últimos e dos rejeitados”.

O pontífice afirmava que os sindicatos não podem perder sua essência combativa nem se reduzir a um papel meramente administrativo ou institucional e enfatizava que a missão das entidades é estar nas periferias e escutar a realidade dos que sofrem exploração e exclusão.

O Papa via os sindicatos como instrumentos de paz social e defesa da dignidade do trabalho, especialmente num mundo marcado pela precarização, desemprego estrutural, automação e exclusão digital. Incentivava que os sindicatos dialogassem com os jovens, abrindo espaço para novas formas de organização do trabalho, sem perder sua identidade histórica de luta.

Francisco também criticou com firmeza as estruturas econômicas que colocam o lucro acima da vida. “Este sistema já não se sustenta.

Os sindicatos são chamados a agir como ‘sentinelas’ que protegem e despertam a consciência”, disse.

“O mundo precisa de sindicatos fortes, não enfraquecidos ou cooptados. Precisamos de sindicatos que saibam renovar-se, mantendo viva a chama da solidariedade”.

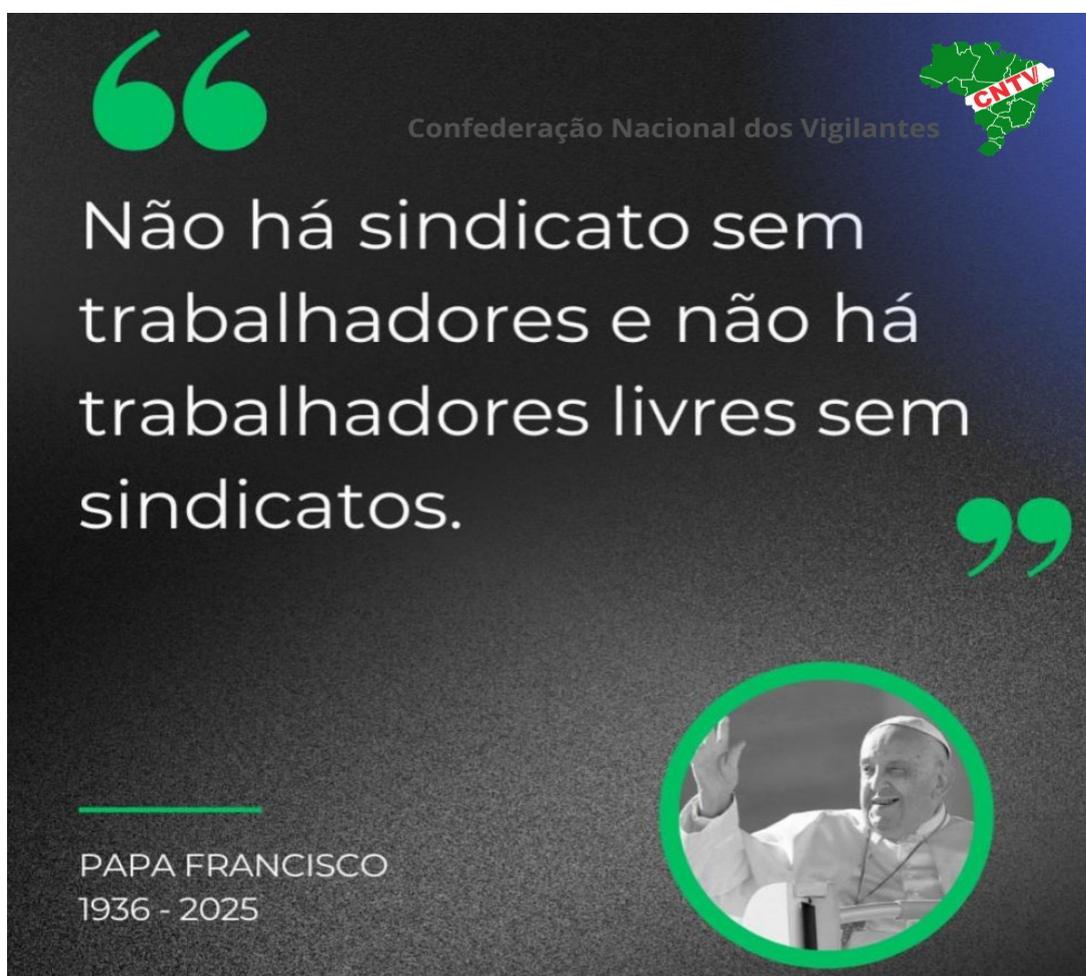
A fala de Francisco fortaleceu

os setores sindicais, em especial, em um tempo em que todas as representações de segmentos vulnerabilizados são atacadas pelos sistemas opressores como a extrema direita, o capitalismo, as elites econômicas e sociais, etc. Os sindicatos são entidades que devem ter atuação combativa, popular e voltada para a transformação estrutural da sociedade, dizia o Papa.

Ainda sobre os sindicatos, o Papa Francisco afirmou que a missão das entidades é de não perder o vínculo com os mais pobres, nem se distanciar das ruas onde pulsa a vida da classe trabalhadora.

Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato, e não há um sindicato bom que não renasça todos os dias nas periferias, que não transforme as pedras descartadas da economia em pedras angulares- Papa Francisco

FONTE: CUT



“

Confederação Nacional dos Vigilantes

Não há sindicato sem trabalhadores e não há trabalhadores livres sem sindicatos.

”

PAPA FRANCISCO
1936 - 2025



TRT-11 autoriza penhora de aposentadoria para quitar dívidas trabalhistas

O Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) julgou o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 11, que tratava da “possibilidade de penhora dos valores recebidos a título de aposentadoria”

Freepik



TRT-11 admitiu penhora de aposentadoria para pagamento de dívidas trabalhistas

Sob a relatoria do desembargador José Dantas de Góes, foi fixada a tese vinculante de que é possível a penhora dos proventos de aposentadoria para pagamento de créditos trabalhistas, desde que observados os seguintes parâmetros:

Excepcionalidade: a penhora deve ser adotada apenas após esgotados os meios executivos tradicionais, como os sistemas de bloqueio de bens (SisbaJud, Bacen-CCS, RenaJud etc.);

Razoabilidade e Proporcionalidade: o valor penhorado deve ser suficiente para satisfazer o crédito em tempo razoável, mas sem comprometer a subsistência do devedor;

Limitação de 30%: a penhora não pode afetar mais de 30% dos ganhos líquidos do devedor, após os descontos obrigatórios de IRRF e INSS

e outros determinados em decisão judicial;

Salário mínimo garantido: a decisão também resguarda o necessário à sobrevivência do devedor, fixando o valor do salário mínimo nacional como patamar mínimo de sobrevivência, conforme os princípios constitucionais e a normativa internacional.

A uniformização da tese dará maior previsibilidade e efetividade aos processos em fase de execução, além de reduzir a incidência de recursos repetitivos e de mandados de segurança sobre o tema.

A importância do IRDR

O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é um mecanismo usado pela Justiça para resolver, de modo uniforme, questões que aparecem com frequência em processos. Quando vários casos tratam do mesmo tema jurídico, o tribunal pode estabelecer uma tese que será utilizada em todas as ações sobre a matéria.

Esse instrumento ajuda a evitar decisões diferentes sobre o mesmo assunto, garantindo maior segurança jurídica, agilidade nos julgamentos e redução de recursos sobre temas repetidos. Com informações da assessoria de imprensa do TRT-11.

FONTE: CONJUR

Clínica de reabilitação deve indenizar mãe de interno que morreu durante fuga

A 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reformou decisão da Comarca de Alfenas (MG) e condenou uma clínica de reabilitação a indenizar em R\$ 30 mil, por danos morais, a mãe de um interno que morreu ao tentar fugir da instituição



Mãe será indenizada por morte de filho durante fuga de clínica

Segundo o processo, o filho da autora acabou morrendo afogado em um açude que fica ao lado da clínica, durante uma tentativa de fuga. Ele estava acompanhado de outro interno e, conforme relato da mãe, o estabelecimento falhou na prestação de serviço, já que devia monitorar constantemente os pacientes, para evitar fugas. Dessa forma, ela ajuizou ação pleiteando indenização de R\$ 1 milhão por danos morais.

Em sua defesa, a clínica de reabilitação alegou que, por se tratar de uma “comunidade terapêutica”, não tem equipe de segurança em período integral, pois, do contrário, passaria a ser “algo semelhante a presídio e hospitais psiquiátricos”.

Ela sustentou ainda que o paciente que faleceu já havia sido internado outras vezes e que a mãe dele teria assinado o termo de consentimento. Com isso, além de negar a responsabilidade pelo ocorrido, o estabelecimento pediu que o município fosse incluído no processo, já que a internação do rapaz teria sido autorizada pela administração municipal.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Sem segurança

Em primeiro grau, o juízo decidiu que a culpa pela morte foi exclusiva do jovem, que “estava em plenas condições psicológicas e físicas e se colocou em situação de alto risco, primeiro, ao fugir pelo telhado e, depois, por decidir atravessar o açude nadando”. Com isso, negou os pedidos da autora, que recorreu.

Na apelação, a mãe argumentou que o filho não estava em condições psicológicas normais e que a clínica não oferecia a segurança necessária para evitar a fuga. O relator, desembargador Joemilson Donizetti Lopes, entendeu que o estabelecimento teve culpa pela morte do interno.

“As clínicas de reabilitação para dependentes químicos são responsáveis pela incolumidade física dos pacientes nelas internados. Em razão da vulnerabilidade e abalo psicológico que acometem os pacientes internados em clínicas para recuperação de dependência química, mostram-se previsíveis eventuais tentativas de fuga ou situações que coloquem em risco a integridade física dos internos”, afirmou o magistrado.

Ainda conforme o desembargador Joemilson Donizetti Lopes, a instituição não comprovou ter adotado as medidas de segurança necessárias para evitar a fuga do jovem, o que, por consequência, provocou sua morte. Ele aceitou o recurso, reformou a sentença e condenou a clínica a indenizar a mãe em R\$ 30 mil por danos morais.

As desembargadoras Maria Lúcia Cabral Caruso e Régia Ferreira de Lima votaram de acordo com o relator.

FONTE: CONJUR

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF